

**Inquérito Civil n. 06.2022.00004730-1**

## **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**Assunto: Exposição à venda e comercialização de pitbulls em redes sociais**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça em exercício na 2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Lourenço do Oeste/SC, doravante denominado **COMPROMITENTE** e;

**AIRTON FERNANDES DOS SANTOS**, inscrito no CPF sob o n. 106.933.099-03, RG n. 6067904/SC, residente e domiciliado na Rua Joalcides Angheben, n. 122, casa de alvenaria de cor azul, bairro São Francisco, em São Lourenço Do Oeste/SC, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2022.00004730-1, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, artigo 14 da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e artigos 25 a 36 do Ato n. 395/2018/PGJ, e:

**CONSIDERANDO** que ao Ministério Público foi dada legitimidade ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais e individuais indisponíveis, mormente os interesses difusos e coletivos, a incluir a tutela do direito social à saúde (artigos 127, *caput*, e artigo 129, inciso III, c/c artigo 6, todos da Constituição da República);

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública com o objetivo de proteger, prevenir e reparar os danos causados ao meio ambiente, bem como, outros interesses difusos coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos, conforme preceitua o artigo 25, inciso IV, alíneas "a" e "b" da Lei n. 8.625/93 e o artigo 5º, inciso I, da Lei n. 7.347/85 – Ação Civil Pública;

**CONSIDERANDO** que, nos termos do artigo 2º, *caput*, da Lei n. 8.080/90, a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado

prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício;

**CONSIDERANDO** que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (artigo 196, *caput*, da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que fica proibido, no Estado de Santa Catarina, a criação, comercialização e circulação de cães da raça Pit Bull, bem como das raças que resultem de seu cruzamento, por canis ou isoladamente no Estado de Santa Catarina, de acordo com a Lei n. 14.204/07.

**CONSIDERANDO** que esta Promotoria de Justiça prestou atendimento, o qual deu origem ao presente Inquérito Civil, no qual restou constatada a prática de comercialização de cachorros da raça *Pitbull*, pelo COMPROMISSÁRIO AIRTON FERNANDES DOS SANTOS.

**CONSIDERANDO** que o artigo 5º, § 6º da Lei n. 7.347/1985 – Ação Civil Pública dispõe que o Ministério Público pode celebrar termo de ajustamento de conduta com os interessados, com força de título executivo extrajudicial;

**CONSIDERANDO** a disponibilidade que o COMPROMISSÁRIO demonstra para regularizar a atividade.

## **RESOLVEM**

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

### **1 DO OBJETO**

**Cláusula 1ª:** O objeto deste Termo de Ajustamento de Conduta consiste na regularização do seguinte ponto:

i) comercialização de cachorros e cadelas da raça *Pitbull*, pelo compromissário AIRTON FERNANDES DOS SANTOS.

## **2 DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO**

**Cláusula 2ª:** Para resolver o problema da comercialização de cachorros e cadelas da raça *Pitbull* e evitar sua procriação, o COMPROMISSÁRIO assume as seguintes obrigações:

### **2.1) Como medida preventiva:**

**2.1.1)** no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, providenciar a castração de todos os animais de raça pitbull que estiverem sob sua guarda, em especial, a castração de sua cadela de cor tigrada, da raça *Pit Bull* (fls. 6-8 e fl. 17-18), conforme o disposto no artigo 2º da Lei Estadual n. 14.204/2007;

### **2.2) Como medidas pedagógicas:**

**2.2.1)** o pagamento de prestação pecuniária no valor de R\$ 750,00 (15% do valor da multa prevista na lei – artigo 5º, inciso I, da Lei Estadual n. 14.204/2007), no máximo em duas vezes, com o primeiro pagamento a ser feito no dia 10 do mês subsequente à assinatura do TAC.

**2.2.2)** a divulgação de artes de proibição de venda e procriação de *Pitbulls*, fornecidas pelo Ministério Público de Santa Catarina, a ser efetivada pelo COMPROMISSÁRIO, da seguinte forma:

i) publicação no *feed* do Facebook, a ser efetivada 1 vez por semana, durante o período de 30 dias, iniciando-se o prazo no dia seguinte ao encaminhamento das artes pela Equipe do Ministério Público ao COMPROMISSÁRIO;

ii) publicação efetuada no sistema de postagem temporária *stories* do Facebook, por 3 vezes, a ser efetivada da seguinte maneira:

- 1) A primeira, no mesmo dia em que publicar no *feed*;
- 2) A segunda, quatro semanas depois da primeira publicação;
- 3) A terceira, oito semanas depois da segunda publicação.

**§ 1** a obrigação a que se refere a cláusula 2.1.1, será considerada

cumprida após o encaminhamento pelo COMPROMISSÁRIO de: **a)** comprovante de pagamento e realização da cirurgia, e; **b)** encaminhamento de declaração do profissional que executou o procedimento de castração, atestando a realização da castração no animal em questão.

**§ 2** A obrigação que se refere o item 2.2.1 acima, será considerada cumprida após o COMPROMISSÁRIO enviar, até o dia 11 de cada mês, o comprovante de pagamento da prestação pecuniária estabelecida.

**§ 3** Os boletos bancários para pagamento da prestação pecuniária serão encaminhados ao COMPROMISSÁRIO pela equipe da Promotoria de Justiça.

**§ 4** As artes visuais mencionadas na cláusula 2.2.2, serão encaminhadas ao COMPROMISSÁRIO pela equipe da Promotoria de Justiça, por meio de aplicativo whatsapp ou outro meio digital disponibilizado por aquele

**§ 5** A comprovação das alíneas "i" e "ii" do 2.2.2, deverá ser efetivada mediante o envio por parte do COMPROMISSÁRIO, de: **a)** *printscreen* da postagem efetivada nas redes sociais; **b)** *printscreen* demonstrando que todas as postagens permanecem no *feed* do seu perfil, ao final do período de 30 dias.

### **3 DO DESCUMPRIMENTO**

**Cláusula 3ª:** O descumprimento de qualquer item das cláusulas anteriores implicará em multa diária no patamar de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para cada uma das infrações, cumulativamente, ou multa única de R\$ 2.000,00, a critério do Ministério Público.

### **4 DA FISCALIZAÇÃO PERIÓDICA**

**Cláusula 4ª:** O COMPROMISSÁRIO obriga-se a não se opor à vistoria pelos órgãos competentes em sua residência e aceita colaborar com a ação fiscalizadora, seja do Ministério Público, seja da Vigilância Sanitária.

**Parágrafo único:** O descumprimento desta cláusula implicará multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a correr do dia em que se der o ato de resistência à fiscalização por parte da COMPROMISSÁRIO, registrado em ato ou procedimento administrativo lavrado pela autoridade fiscalizadora, cessando-se sua exigibilidade na data em que a autoridade competente realizar a vistoria.

## **5 DA EXECUÇÃO JUDICIAL DESTE TÍTULO**

**Cláusula 5ª:** A inexecução injustificada dos compromissos previstos nas cláusulas acima pelo COMPROMISSÁRIO facultará ao Ministério Público a imediata execução judicial do presente título, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, nos planos judicial ou extrajudicial.

## **6 DA OBRIGAÇÃO DO COMPROMITENTE**

**Cláusula 6ª:** O COMPROMITENTE compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil contra o COMPROMISSÁRIO, caso venha a ser cumprido o disposto neste ajuste de conduta, sendo que o presente compromisso não exclui a responsabilidade administrativa e criminal pelo ato praticado, nem por sua eventual reiteração.

## **7 DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO**

**Cláusula 7ª:** O cumprimento das obrigações ajustadas não dispensa o COMPROMISSÁRIO de satisfazer quaisquer exigências previstas em outras legislações, tampouco de cumprir quaisquer imposições de ordem administrativa que digam respeito às normas inerentes ao caso.

## **8 DA REVISÃO E ADITIVO DESTE TERMO**

**Cláusula 8ª:** COMPROMITENTE e COMPROMISSÁRIO, desde que haja comum acordo, poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

## **9 DO FORO DE ELEIÇÃO**

**Cláusula 9ª:** Elegem COMPROMITENTE e COMPROMISSÁRIO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou conflitos oriundos do presente Termo.

## **10 DA POSSIBILIDADE DE PROTESTO**

**Cláusula 10ª:** O presente título executivo comportará o protesto, nos termos legais regulamentares e para surtir todos os efeitos que são lhe são próprios, com base na autorização do artigo 28, inciso V, do Ato n. 395/2018/PGJ.

## **11 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 11ª:** O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, o qual será submetido à análise do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 9º, § 3º, da Lei n. 7.347/85 e do artigo 25 do Ato n. 395/2018/PGJ.

São Lourenço do Oeste, 03 de maio de 2023.

[assinado digitalmente]

MATEUS MINUZZI FREIRE DA  
FONTOURA GOMES  
Promotor de Justiça

AIRTON FERNANDES DOS SANTOS  
COMPROMISSÁRIO